



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/CGAP/DIREX/PF

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08200.030027-2023-87

| 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO | | | | | | | |
|--|-------|---|-------------------|------------|-------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| 1.1. Registro de Preços para contratação de serviços de locação, sob demanda, de até 26 (vinte e seis) aeronaves de asa rotativa e equipamentos aeronáuticos, fundadas em horas de voo, incluído combustível, logística de abastecimento, manutenção e treinamento, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. | | | | | | | |
| GRUPO | ITENS | DESCRIÇÃO | unidade de medida | QUANTIDADE | VALOR MÁXIMO DE REFERÊNCIA POR ITEM | | |
| GRUPO 1 -CONSIDERANDO 1 AERONAVE COM DISPONIBILIDADE DE 45 h/MÊS | | | | | Valor hora Unitário R\$ | Valor hora Mensal R\$ | Valor hora Anual R\$ |
| 1 | 1 | Locação de até 01 (uma) aeronave de asa rotativa, monomotor a reação, VFR diurno e noturno, capacidade de ocupantes para 02 (dois) pilotos e, no mínimo 2 (dois) passageiros. 45 horas mínimas por mês. | hora voo | 540 | 15.603,64 | 702.163,69 | 8.425.964,25 |
| | | Configuração básica mínima: Adaptada NVG, Tanques auxiliares, comandos duplos, pintura padrão PF ou do órgão participante, sistema de rastreamento via satélite e instalada com rádio policial | | | | | |
| | 2 | Sistema de imageamento dedicado (Sistema de missão completo: gravação, transmissão, comunicação, estação de trabalho, sistema de Imagem e sensoramento) | hora voo | 540 | 7.945,76 | 357.558,98 | 4.290.707,70 |
| | 3 | Provisões para gancho de carga (com equipamento) | hora voo | 540 | 160,34 | 7.215,08 | 86.580,90 |
| | 4 | Provisões para guincho (com equipamento) | hora voo | 540 | 1.247,06 | 56.117,81 | 673.413,75 |
| | 5 | kit de proteção balística nível III para o assoalho (apenas 1 kit, se possível compatível com a outra aeronave). Ex. Lifeport; | hora voo | 540 | 388,89 | 17.500,05 | 210.000,60 |
| | 6 | Sistema de proteção corta cabos (inferior e superior) | hora voo | 540 | 89,08 | 4.008,49 | 48.101,85 |
| | 7 | Farol de Busca (Searchlight) compatível com operação NVG; | hora voo | 540 | 570,08 | 25.653,71 | 307.844,55 |
| | 8 | Treinamento de solo e de voo e/ou emergência para pilotos, que já sejam habilitados na classe da aeronave pretendida. Custos com diárias e passagens ficarão a cargo da Contratante (**) | hora voo | 540 | 102,62 | 4.618,01 | 55.416,15 |
| | 9 | Treinamento de solo e de voo (inicial e/ou recorrente) para pilotos que não sejam habilitados na classe da aeronave pretendida. Custos com diárias e passagens ficarão a cargo da Contratante (**) | hora voo | 540 | 191,42 | 8.614,01 | 103.368,15 |
| | 10 | Tripulação Assistida (Comandante) no caso de modelos de aeronaves que não haja pilotos habilitados. Esclarecer a Possibilidade de tripulação contratada operar com aeronave exercendo função policia | hora voo | 540 | 908,15 | 40.866,53 | 490.398,30 |
| TOTAL GRUPO 1 | | | | | 27.207,03 | 1.224.316,65 | 14.691.796,20 |
| GRUPO 2 - CONSIDERANDO 23 AERONAVES COM DISPONIBILIDADE DE 45 h/MÊS CADA UMA | | | | | | | |
| 2 | 11 | Locação de até 23 (vinte três) aeronaves de asa rotativa AS350B3, monomotor a reação, VFR Diurno e Noturno, capacidade de ocupantes para 02 (dois) pilotos e, no mínimo 4 (quatro) passageiros. 45 horas mínimas por mês. Configuração básica mínima: Adaptada NVG, Tanques auxiliares, comandos duplos, portas laterais deslizantes, Sistema digital de monitoramento de dados de voo com capacidade para gravação e armazenamento de dados quando os parâmetros forem excedidos, estribo (no caso de esquí), pintura padrão PF ou do órgão participante,, sistema de rastreamento via satélite e instalada com rádio policial e Bancos de tropa mais leves do que os bancos convencionais | hora voo | 12420 | 16.470,46 | 17.046.923,51 | 204.563.082,15 |
| | | Provisões para gancho de carga (com equipamento) | | | | | |
| | 12 | Provisões para gancho de carga (com equipamento) | hora voo | 12420 | 160,34 | 165.946,73 | 1.991.360,70 |
| | 13 | Provisões para guincho (com equipamento) | hora voo | 12420 | 1.247,06 | 1.290.709,69 | 15.488.516,25 |
| | 14 | kit de proteção balística nível III para o assoalho, (se possível compatível com a outra aeronave). Ex. Lifeport; | hora voo | 1620 | 388,89 | 52.500,15 | 630.001,80 |
| | 15 | Imageamento, provisão e instalação, compatível com as aeronaves, (Sistema de missão completo: gravação, transmissão, comunicação, estação de trabalho, sistema de Imagem e sensoramento) | hora voo | 5940 | 7.945,76 | 3.933.148,73 | 47.197.784,70 |
| | 16 | Provisão para o sistema de imageamento para outras aeronaves , compatível com o equipamento de forma a possibilitar o compartilhamento. | hora voo | 6480 | 2.086,20 | 2.065.334,29 | 13.518.576,00 |
| | 17 | Sistema de proteção corta cabos (inferior e superior) | hora voo | 12420 | 89,08 | 92.195,21 | 1.106.342,55 |
| | 18 | Farol de Busca (Searchlight) compatível com operação NVG; | hora voo | 12420 | 570,08 | 590.035,39 | 7.080.424,65 |
| | 19 | Treinamento de solo e de voo e/ou emergência para pilotos, que já sejam habilitados na classe da aeronave pretendida. Custos com diárias e passagens ficarão a cargo da Contratante (**) | hora voo | 12420 | 85,52 | 88.515,79 | 1.062.189,45 |
| | 20 | Treinamento de solo e de voo (inicial e/ou recorrente) para pilotos que não sejam habilitados na classe da aeronave pretendida. Custos com diárias e passagens ficarão a cargo da Contratante (**) | hora voo | 12420 | 191,42 | 198.122,29 | 2.377.467,45 |
| | 21 | Tripulação Assistida (Comandante) no caso de modelos de aeronaves que não haja pilotos habilitados. Esclarecer a Possibilidade de tripulação contratada operar com aeronave exercendo função policial | hora voo | 1620 | 908,15 | 122.599,58 | 1.471.194,90 |
| | 22 | Instrução para Comando de Pilotos habilitados que não sejam comandantes (**) | hora voo | 12420 | 490,52 | 507.683,03 | 6.092.196,30 |
| TOTAL GRUPO 2 | | | | | 30.633,46 | 25.214.928,08 | 302.579.136,90 |
| GRUPO 3 - CONSIDERANDO 2 AERONAVES COM DISPONIBILIDADE DE 45 h/MÊS CADA UMA | | | | | | | |
| 3 | 23 | Locação de até 2 (duas) aeronave de asa rotativa, bimotora a reação, capacidade de ocupantes para 2 (dois) pilotos e, no mínimo dez 10 (dez) passageiros. 45 horas mínimas por mês | hora voo | 1080 | 38.082,26 | 3.427.403,63 | 41.128.843,50 |
| | | Configuração básica mínima: Adaptada NVG, Tanques auxiliares, comandos duplos, portas laterais deslizantes, estribo (no caso de esquí), pintura padrão PF ou do órgão participante, sistema de rastreamento via satélite e instalada com rádio policial e Bancos de tropa mais leves do que os bancos convencionais das aeronaves; | | | | | |
| | 24 | Provisões para gancho de carga (com equipamento) | hora voo | 1080 | 135,47 | 12.191,85 | 146.302,20 |
| | 25 | Provisões para guincho (com equipamento) | hora voo | 1080 | 1.354,67 | 121.920,53 | 1.463.046,30 |
| | 26 | kit de proteção balística nível III para o assoalho (se possível compatível com a outra aeronave). Ex. Lifeport; | hora voo | 1080 | 777,78 | 70.000,20 | 840.002,40 |
| | 27 | Sistema de proteção corta cabos (inferior e superior) | hora voo | 1080 | 117,99 | 10.619,10 | 127.429,20 |

| | | | | | | |
|---|---|----------|------|------------|---------------|----------------|
| 28 | Sistema para fast-rope | hora voo | 1080 | 252,17 | 22.695,53 | 272.346,30 |
| 29 | Farol de Busca (Searchlight) compatível com operação NVG; | hora voo | 1080 | 541,87 | 48.768,08 | 585.216,90 |
| 30 | Sistema de alerta de tráfego TCAS; | hora voo | 1080 | 126,79 | 11.410,88 | 136.930,50 |
| 31 | Sistema de percepção e alarme de proximidade com o solo HTAWS integrado ao GTN; | hora voo | 1080 | 42,08 | 3.787,43 | 45.449,10 |
| 32 | Radar meteorológico com interface; | hora voo | 1080 | 237,80 | 21.401,55 | 256.818,60 |
| 33 | Sistema digital de monitoramento de dados de voo com capacidade para gravação e armazenamento de dados quando os parâmetros forem excedidos; | hora voo | 1080 | 221,36 | 19.921,95 | 239.063,40 |
| 34 | Treinamento de solo e de voo e/ou emergência para pilotos, que já sejam habilitados na classe da aeronave pretendida. Custos com diárias e passagens ficarão a cargo da Contratante (*) | hora voo | 1080 | 675,78 | 60.820,20 | 729.842,40 |
| 35 | Treinamento de solo e de voo (inicial e/ou recorrente) para pilotos que não sejam habilitados na classe da aeronave pretendida. Custos com diárias e passagens ficarão a cargo da Contratante (*) | hora voo | 1080 | 1.248,98 | 112.408,43 | 1.348.901,10 |
| TOTAL GRUPO 3 | | | | 43.037,21 | 3.943.349,33 | 47.320.191,90 |
| TOTAL GERAL PREVISTO PARA A CONTRATAÇÃO R\$ | | | | 100.877,71 | 30.382.593,75 | 364.591.125,00 |

Observação: pode ser que os valores apresentem pequenas diferenças no somatório na hora de cadastro no sistema, tendo em vista arredondamentos realizados pelo software de planilha Excel.

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

| Órgão Gerenciador: Polícia Federal - UASG 200334 | | | | | |
|---|--------|------|---|-------------------|------------|
| GRUPO | CATSER | ITEM | DESCRIÇÃO | unidade de medida | QUANTIDADE |
| 1 | 14680 | 1 | Locação de até 01 (uma) aeronave de asa rotativa, monomotor a reação, VFR diurno e noturno, capacidade de ocupantes para 02 (dois) pilotos e, no mínimo 2 (dois) passageiros. 45 horas mínimas por mês. Configuração básica mínima: Adaptada NVG, Tanques auxiliares, comandos duplos, pintura padrão PF ou do órgão participante, sistema de rastreamento via satélite e instalada com rádio policial | hora voo | 540 |
| | | 2 | Sistema de imageamento dedicado (Sistema de missão completo: gravação, transmissão, comunicação, estação de trabalho, sistema de Imagem e sensoramento) | hora voo | 540 |
| | | 3 | Provisões para gancho de carga (com equipamento) | hora voo | 540 |
| | | 4 | Provisões para guincho (com equipamento) | hora voo | 540 |
| | | 5 | kit de proteção balística nível III para o assoalho (apenas 1 kit, se possível compatível com a outra aeronave). Ex. Lifeport; | hora voo | 540 |
| | | 6 | Sistema de proteção corta cabos (inferior e superior) | hora voo | 540 |
| | | 7 | Farol de Busca (Searchlight) compatível com operação NVG; | hora voo | 540 |
| | | 8 | Treinamento de solo e de voo e/ou emergência para pilotos, que já sejam habilitados na classe da aeronave pretendida. Custos com diárias e passagens ficarão a cargo da Contratante (**) | hora voo | 540 |
| | | 9 | Treinamento de solo e de voo (inicial e/ou recorrente) para pilotos que não sejam habilitados na classe da aeronave pretendida. Custos com diárias e passagens ficarão a cargo da Contratante (**) | hora voo | 540 |
| | | 10 | Tripulação Assistida (Comandante) no caso de modelos de aeronaves que não haja pilotos habilitados. Esclarecer a Possibilidade de tripulação contratada operar com aeronave exercendo função policial | hora voo | 540 |
| GRUPO 2 - CONSIDERANDO 3 AERONAVES COM DISPONIBILIDADE DE 45 h/MÊS CADA UMA | | | | | |
| 2 | 14680 | 11 | Locação de até 03 (três) aeronaves de asa rotativa AS350B3, monomotor a reação, VFR Diurno e Noturno, capacidade de ocupantes para 02 (dois) pilotos e, no mínimo 4 (quatro) passageiros. 45 horas mínimas por mês. Configuração básica mínima: Adaptada NVG, Tanques auxiliares, comandos duplos, portas laterais deslizantes, Sistema digital de monitoramento de dados de voo com capacidade para gravação e armazenamento de dados quando os parâmetros forem excedidos, estribo (no caso de esqui), pintura padrão PF ou do órgão participante., sistema de rastreamento via satélite e instalada com rádio policial e Bancos de tropa mais leves do que os bancos convencionais | hora voo | 1620 |
| | | 12 | Provisões para gancho de carga (com equipamento) | hora voo | 1620 |
| | | 13 | Provisões para guincho (com equipamento) | hora voo | 1620 |
| | | 14 | kit de proteção balística nível III para o assoalho, (se possível compatível com a outra aeronave). Ex. Lifeport; | hora voo | 1620 |
| | | 15 | Imageamento, provisão e instalação, compatível com as aeronaves, (Sistema de missão completo: gravação, transmissão, comunicação, estação de trabalho, sistema de Imagem e sensoramento) | hora voo | 540 |
| | | 16 | Provisão para o sistema de imageamento para outras aeronaves , compatível com o equipamento de forma a possibilitar o compartilhamento. | hora voo | 1080 |
| | | 17 | Sistema de proteção corta cabos (inferior e superior) | hora voo | 1620 |
| | | 18 | Farol de Busca (Searchlight) compatível com operação NVG; | hora voo | 1620 |
| | | 19 | Treinamento de solo e de voo e/ou emergência para pilotos, que já sejam habilitados na classe da aeronave pretendida. Custos com diárias e passagens ficarão a cargo da Contratante (**) | hora voo | 1620 |
| | | 20 | Treinamento de solo e de voo (inicial e/ou recorrente) para pilotos que não sejam habilitados na classe da aeronave pretendida. Custos com diárias e passagens ficarão a cargo da Contratante (**) | hora voo | 1620 |
| | | 21 | Tripulação Assistida (Comandante) no caso de modelos de aeronaves que não haja pilotos habilitados. Esclarecer a Possibilidade de tripulação contratada operar com aeronave exercendo função policial | hora voo | 1620 |
| | | 22 | Instrução para Comando de Pilotos habilitados que não sejam comandantes (**) | hora voo | 1620 |
| GRUPO 3 - CONSIDERANDO 2 AERONAVES COM DISPONIBILIDADE DE 45 h/MÊS CADA UMA | | | | | |
| 3 | 14680 | 23 | Locação de até 2 (duas) aeronave de asa rotativa, bimotora a reação, capacidade de ocupantes para 2 (dois) pilotos e, no mínimo dez 10 (dez) passageiros. 45 horas mínimas por mês Configuração básica mínima: Adaptada NVG, Tanques auxiliares, comandos duplos, portas laterais deslizantes, estribo (no caso de esqui), pintura padrão PF ou do órgão participante, sistema de rastreamento via satélite e instalada com rádio policial e Bancos de tropa mais leves do que os bancos convencionais das aeronaves; | hora voo | 1080 |
| | | 24 | Provisões para gancho de carga (com equipamento) | hora voo | 1080 |
| | | 25 | Provisões para guincho (com equipamento) | hora voo | 1080 |

| | | | | | |
|--|--|----|---|----------|------|
| | | 26 | kit de proteção balística nível III para o assoalho (se possível compatível com a outra aeronave). Ex. Lifeport; | hora voo | 1080 |
| | | 27 | Sistema de proteção corta cabos (inferior e superior) | hora voo | 1080 |
| | | 28 | Sistema para fast-ropes | hora voo | 1080 |
| | | 29 | Farol de Busca (Searchlight) compatível com operação NVG; | hora voo | 1080 |
| | | 30 | Sistema de alerta de tráfego TCAS; | hora voo | 1080 |
| | | 31 | Sistema de percepção e alarme de proximidade com o solo HTAWS integrado ao GTN; | hora voo | 1080 |
| | | 32 | Radar meteorológico com interface; | hora voo | 1080 |
| | | 33 | Sistema digital de monitoramento de dados de voo com capacidade para gravação e armazenamento de dados quando os parâmetros forem excedidos; | hora voo | 1080 |
| | | 34 | Treinamento de solo e de voo e/ou emergência para pilotos, que já sejam habilitados na classe da aeronave pretendida. Custos com diárias e passagens ficarão a cargo da Contratante (*) | hora voo | 1080 |
| | | 35 | Treinamento de solo e de voo (inicial e/ou recorrente) para pilotos que não sejam habilitados na classe da aeronave pretendida. Custos com diárias e passagens ficarão a cargo da Contratante (*) | hora voo | 1080 |

| Órgão Participante: Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública - UASG 200331 | | | | | |
|--|--------|-------|---|-------------------|------------|
| GRUPO | CATSER | ITENS | DESCRIÇÃO | Unidade de Medida | Quantidade |
| 2 | 14680 | 11 | Locação de até 20 (vinte) aeronaves de asa rotativa AS350B3, monomotor a reação, VFR Diurno e Noturno, capacidade de ocupantes para 02 (dois) pilotos e, no mínimo 4 (quatro) passageiros. 45 horas mínimas por mês. | hora voo | 10800 |
| | | | Configuração básica mínima: Adaptada NVG, Tanques auxiliares, comandos duplos, portas laterais deslizantes, Sistema digital de monitoramento de dados de voo com capacidade para gravação e armazenamento de dados quando os parâmetros forem excedidos, estribo (no caso de esqui), pintura padrão PF ou do órgão participante., sistema de rastreamento via satélite e instalada com rádio policial e Bancos de tropa mais leves do que os bancos convencionais | | |
| | | 12 | Provisões para gancho de carga (com equipamento) | hora voo | 10800 |
| | | 13 | Provisões para guincho (com equipamento) | hora voo | 10800 |
| | | 15 | Imageamento, provisão e instalação, compatível com as aeronaves, (Sistema de missão completo: gravação, transmissão, comunicação, estação de trabalho, sistema de Imagem e sensoramento) | hora voo | 5400 |
| | | 16 | Provisão para o sistema de imageamento para outras aeronaves , compatível com o equipamento de forma a possibilitar o compartilhamento. | hora voo | 5400 |
| | | 17 | Sistema de proteção corta cabos (inferior e superior) | hora voo | 10800 |
| | | 18 | Farol de Busca (Searchlight) compatível com operação NVG; | hora voo | 10800 |
| | | 19 | Treinamento de solo e de voo e/ou emergência para pilotos, que já sejam habilitados na classe da aeronave pretendida. Custos com diárias e passagens ficarão a cargo da Contratante (**) | hora voo | 10800 |
| | | 20 | Treinamento de solo e de voo (inicial e/ou recorrente) para pilotos que não sejam habilitados na classe da aeronave pretendida. Custos com diárias e passagens ficarão a cargo da Contratante (**) | hora voo | 10800 |
| | | 22 | Instrução para Comando de Pilotos habilitados que não sejam comandantes (**) | hora voo | 10800 |

*o item 15 já contempla as provisões previstas no item 16

- 1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns) de arrendamento de aeronaves, conforme previsto na Lei nº 7.565/1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica) e justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados do(a) da publicação no Diário Oficial da União (DOU), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que existe a necessidade constante de atendimento às demandas de apoio aéreo de atribuição da Polícia Federal, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando Estudo Técnico Preliminar;
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução o Registro de Preço Unitário, formado por itens inseridos em 03 (três) grupos distintos, devendo a licitante oferecer proposta para todos os itens dentro de cada grupo, observando o valor máximo de referência individual cadastrado.
- 1.6. Os licitantes poderão participar nos grupos de seu interesse, sendo justificada a divisão no Estudo Técnico Preliminar, uma vez que se tratam de aeronaves distintas. Caso o licitante deixe de ofertar lance em quaisquer dos itens ficará subentendido que o item já compõe a aeronave básica (item 1,11 e 23 da tabela).
- 1.7. A contratação será parcelada por grupos (1, 2 e 3), sendo o Grupo 1 de até 01 (uma) aeronave de porte leve com sistema de imageamento dedicado, o Grupo 2 de até 23 (vinte e três) aeronaves de porte leve AS350 B3, considerando a padronização da frota e Grupo 3 de até 02 (duas) aeronaves de transporte. Considerando que os itens que compõe cada grupo devem ser instalados, caso contratados, em aeronaves de propriedade da própria empresa contratada, conforme tabela constante do item 1.1, não é possível a sua divisão em itens, uma vez que causaria prejuízo operacional a contratada, devendo a licitante efetuar lance em todos os itens.
- 1.8. A previsão de horas voadas estimada é de até 14.040h/v por ano, sendo até 1.170h/v mensal.
- 1.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 172/2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000006/2024;

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;

III) Id do item no PCA: 453;

IV) Classe/Grupo: 731 - SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL VEÍCULOS A MOTOR, FERROVIÁRIOEMBARCAÇÕES, AERONAVES, DE EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE, S/OPER;

V) Identificador da Futura Contratação: 200334-19/2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. As aeronaves de asas rotativas, tipo helicóptero, deverão estar enquadradas nas exigências da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, além de homologados os aparelhos e seus equipamentos para operação no Brasil pela Gerência Geral de Certificação de Produtos – GGCP da ANAC, conforme o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº27 (RBAC-27).
- 4.2. Para as condições definidas neste subitem os licitantes deverão apresentar cópia do Certificado de Homologação de tipo (CHT) do modelo proposto emitido pela Gerência Geral de Certificação de Produtos – GGCP da ANAC além do atendimento das especificações desta Minuta de Termo de Referência.
- 4.3. As aeronaves quando utilizadas operarão a partir de helipontos, heliportos, aeródromos, aeroportos homologados, registrados ou em áreas, localidades desprovidas de estrutura aeroportuária, tais como áreas rurais, bem como ZPH's (Zonas de Pouso de Helicóptero) estabelecidas em áreas onde ocorrerem as operações institucionais
- 4.4. As aeronaves serão empregadas em missões de patrulha, vigilância, transporte de pessoal e dignitários Estaduais, Federais e Internacionais, de equipamentos, ações de defesa civil, busca e salvamento humanitário, resgate, transporte de enfermos e cargas (bagagens/equipamentos/armas e munições/materiais de perícia), lançamento de paraquedistas, intervenção aérea, abordagem a veículos e de embarcações, resgate de feridos, vigilância e reconhecimento, entre outras missões típicas das Operações Aéreas de Segurança Pública
- 4.5. As aeronaves terão área de atuação em todo o território nacional, bem como, eventualmente, em países fronteiriços, de acordo com as demandas do Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal.
- 4.6. As aeronaves permanecerão inicialmente baseadas no hangar da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, em Brasília-DF, podendo ainda a critério e conveniência da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal ficar baseadas em quaisquer estados da federação.

- 4.7. A CONTRATADA deverá entregar as aeronaves cobertas por seguro aeronáutico, em conformidade com a legislação vigente, assim como reforço de seguro de Responsabilidade Civil –RETA, 2º risco, no valor mínimo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por incidente/acidente, para cobertura dos ocupantes da aeronave, pessoas e bens no solo em Limite Único Combinado.
- 4.8. A cópia autenticada da Apólice do Seguro de Responsabilidade Civil de que trata este subitem deverá ser entregue à Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal juntamente com a entrega da aeronave no Hangar da CAOP de parte da CONTRATADA.
- 4.9. A locação das aeronaves será por horas de voo.
- 4.10. A quantidade de horas/voo foi estimada em 45(quarenta e cinco) horas voo/mês por aeronave tendo quantidade 540 (quinhentos e quarenta) horas voo/ano, por aeronave. Em caso de contratação de mais de uma aeronave, estas horas poderão ser distribuídas entre as aeronaves, de acordo com a conveniência operacional do Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, não existindo obrigatoriedade de serem fracionadas equitativamente;
- 4.11. A quantidade de horas/voo será a base para os pagamentos à Contratada e passarão a ser computadas após a entrega e aceite das aeronaves pela Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, sendo que ao longo de cada mês será efetuado o pagamento das 45 (quarenta e cinco) horas/voo, por aeronave locada mesmo não sendo utilizadas dentro do mês.
- 4.12. O total de horas/voo pagas e não utilizadas dentro do mês, constituirão crédito de horas/voo em favor da Contratante, que utilizará em conformidade com as necessidades operacionais cabíveis nos meses subsequentes, observado o prazo de vigência do Contrato anual. O pagamento será realizado mensalmente conforme as horas de voo utilizadas, assegurada a utilização mínima de 45 horas por mês, podendo ser intercambiáveis entre as aeronaves de mesma categoria e cumulativas, ou seja, utilizando menos que o mínimo, o remanescente de horas será acrescentado para o mês seguinte e assim sucessivamente até o término do contrato anual. Do mesmo modo utilizando mais que 45 horas/mês será realizado o pagamento mensal das 45 horas/mês, desde que o limite de 540 horas (12 meses x 45h) seja respeitado dentro do contrato anual.
- 4.13. Ocorrendo a indisponibilidade de aeronave, por quaisquer razões, a contagem das horas/voo será reiniciada após recebimento formal dela ou de outra com as mesmas especificações contidas nesta Minuta de Termo de Referência, no local onde foi interrompida a operação/missão ou em local definido pelo Contratante.
- 4.14. A contagem das horas/voo será efetuada pelo horímetro de voo de cada aeronave, sendo considerado o tempo de voo à marcação do tempo em horas e décimos de horas.
- 4.15. O registro das horas/voo apuradas no horímetro de voo de cada aeronave, será efetuado através de assentamento no Diário de Bordo sendo de responsabilidade do Comandante a transcrição dessas informações.
- 4.16. A Contratante realizará a conferência do horímetro de voo da aeronave no início e no final de cada mês para a realização do pagamento da fatura. A conferência deverá verificar se as anotações de horímetro inicial e final do mês foram anotadas corretamente pelos Comandantes no Diário de Bordo e se estão de acordo com o observado no horímetro da aeronave, devendo se possível ser fotografado (registrado) o equipamento e anexado ao controle de horas voadas/mês. O registro deverá ser realizado pelo Fiscal do Contrato ou por outro servidor designado pela Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal.
- 4.17. Para fins de pagamento, NÃO serão computadas as horas/voo decorrentes de manutenção das aeronaves, inclusive os giros no solo após lavagens de compressor e outras ações de manutenção e conservação preventiva que necessitem do acionamento da aeronave, e, consequentemente, do horímetro de voo. Da mesma forma NÃO serão computados as horas/voo de deslocamento da aeronave para a base de manutenção da empresa CONTRATADA.
- 4.18. O acionamento do horímetro deverá ser automático, estando acoplado a circuitos o helicóptero que o acionem a partir da auto sustentação da turbina (estabilizada a pressão do óleo da transmissão ou do motor). A marcação do tempo do horímetro deverá cessar quando do corte do motor, quando ocorrer à redução dos níveis de pressão que o fizeram acionar.
- 4.19. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

Sustentabilidade

- 4.20. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.20.1. No que couber, visando atender ao disposto na legislação aplicável, os fabricantes e fornecedores deverão priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.
- 4.20.2. Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como Mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil, polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências citadas;
- 4.21. As empresas ainda deverão observar o disposto IN SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, especialmente:
- I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
 - III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
 - IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
 - V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
 - VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
 - VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.
- 4.22. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela Polícia Federal ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

Indicação de marcas ou modelos

- 4.23. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: No grupo 02 Aeronave de porte leve a Ata de Registro ora proposta de até 3 (três) Helicópteros AS350B3 Monomotores "Esquilo" e até 20 (vinte) para o participante mantém, consequentemente, a eficiência e eficácia do emprego aéreo nas atividades policiais, conforme justificativa estabelecida no item 6.15.1 do Estudo Técnico Preliminar.

Subcontratação

- 4.24. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
- 4.24.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: locação de aeronaves de asas rotativas.
- 4.24.2. A contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.24.3. A subcontratação fica limitada a parcela referente ao fornecimento de equipamentos aeronáuticos, combustível, manutenção e treinamento, nas seguintes condições:
- 4.24.3.1. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.24.3.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.24.3.3. A CONTRATADA permitirá e adotará meios para a efetiva comunicação direta entre o CONTRATANTE e a SUBCONTRATADA.
- 4.24.3.4. O não atendimento dos serviços solicitados pelo CONTRATANTE incorrerá em glosa conforme Instrumento de Medição de Resultados (IMR).
- 4.25. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

- 4.26. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de 5 (cinco) % do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.
- 4.27. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.28. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.29. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: 180 dias da assinatura do contrato com a entrega das aeronaves, equipamentos, meios logísticos e equipes de apoio, nas condições estabelecidas nesse Termo de Referência.
- a) Da mobilização das aeronaves, equipamentos e suporte logístico;
 - b) Do registro e controle das horas de voo;
 - c) Da tripulação e pessoal de apoio ao solo;
 - d) Do treinamento de pilotos;
 - e) Dos uniformes e equipamento de proteção;
 - f) Dos serviços de manutenção;
 - g) Das especificações técnicas das aeronaves;
 - h) Do seguro das aeronaves;

i) Da caracterização das aeronaves.

5.2. Os prazos de entrega dispostos no item 5.1.1 poderão ser objeto de pedido de prorrogação pelo período máximo de 180 dias, contados após o término do prazo convencionado, desde que haja justificativa prévia, devidamente fundamentada pela contratada e acatada pelo contratante.

5.2.1. Caso a CONTRATADA não consiga cumprir os prazos estabelecidos por motivos devidamente justificados e aceito pelos fiscais do contrato, será isenta de penalidade por falta de cumprimento contratual, conforme item IV alínea "a" da Ata de Audiência Pública 32988961 como forma de propiciar o maior número de licitantes possíveis;

5.2.2. A justificativa não pode recair sobre o valor ofertado na Ata de Registro de Preço.

5.3. No caso dos equipamentos aeronáuticos listados nos itens da tabela 1.1 a CONTRATADA disporá do mesmo prazo de 180 dias prorrogáveis, porém caso haja restrição técnica ou mercadológica que inviabilize a instalação do bem, após análise do fiscal técnico, a empresa poderá ser desobrigada da aquisição/instalação do respectivo item, desde que a justificativa da inexecução não recaia sobre o valor.

Da mobilização das aeronaves, equipamentos e suporte logístico

5.4. O contrato de prestação de serviço será iniciado a partir da assinatura do contrato, devendo as aeronaves, equipamentos e recursos de apoio serem disponibilizados para o CONTRATANTE na localidade prevista neste Termo de Referência. O traslado das aeronaves até o local estabelecido pelo CONTRATANTE deverá ser incluído nos custos de mobilização da CONTRATADA.

5.5. Depois de ser mobilizada e disponibilizada no início do contrato de prestação de serviço para a base operacional de apoio aéreo, todo deslocamento da aeronave deverá ser computado como hora de voo à disposição do CONTRATANTE, exceto traslado para manutenção ou substituição das aeronaves.

5.6. A Contratada se obriga a entregar as aeronaves em perfeitas condições de aeronavegabilidade e de acordo com os requisitos previstos nesta Minuta de Termo de Referência, assim como livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, incluso o seguro obrigatório aeronáutico – RETA.....;

5.7. As aeronaves serão entregues em Brasília-DF, onde serão recebidas pela Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, localizado no Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Hangares, Lago Sul, hangar 13/14 CEP. 70297-400.

5.8. As aeronaves objeto desta termo ficarão sob responsabilidade e serão operadas pela Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, permanecendo baseadas em locais onde haja a necessidade da atuação institucional do CAOP/CGAP/DIREX/PF a critério da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal.

5.9. Entregues as aeronaves, elas serão recebidas definitivamente após a verificação das especificações e qualidade.

5.10. O recebimento das aeronaves não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites aqui estabelecidos.

5.11. As aeronaves serão consideradas recebidas quando disponibilizada em Brasília-DF, formalizado o Termo de Recebimento nas condições técnicas e operacionais definidas nesta Minuta de Termo de Referência.

5.12. Considerando o caráter ostensivo das operações realizadas pela Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e a necessidade de estabelecer uma identidade para o serviço que se objetiva executar, os helicópteros deverão atender aos itens de padronização externa, através de símbolos, inscrições e cor predominante designados pela Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal;

5.13. Será de responsabilidade da CONTRATADA a gestão logística de apoio às aeronaves durante as operações, inclusive de abastecimento. Para isso, ela deverá disponibilizar, para cada aeronave, um caminhão-tanque com capacidade de, no mínimo, 10.000 (dez mil) litros de QAv e que também seja capaz de transportar equipamentos e outros apetrechos necessários ao cumprimento das missões de apoio aéreo.

5.14. O caminhão-tanque deverá estar equipado com sistema de rastreamento que permita o registro e envio, em tempo real, da localização do veículo em qualquer ponto do território nacional - a intervalos de até 20 (vinte) minutos, por meio de sinal de celular GSM/GPRS e via satélite, quando fora de cobertura de rede terrestre de telefonia celular, com possibilidade de troca de mensagens curtas de texto (200 caracteres), com acesso aos dados de rastreamento e às mensagens por meio de página segura da rede mundial de computadores, sendo concedido acesso ao CONTRATANTE com uso de senha individual.

5.15. A CONTRATADA deverá disponibilizar um smartphone por caminhão-tanque para eventual comunicação direta entre o motorista e o CONTRATANTE.

5.16. Deverão ser disponibilizados também os seguintes equipamentos para logística de abastecimento:

a) 5 (cinco) reservatórios colapsáveis, de 240 (duzentos e quarenta) litros cada por aeronave, em material flexível de alta resistência e, após cheio, assumir formato cilíndrico, de forma a ser rolado em terreno acidentado.

b) 01 (um) tanque rebocável (carretas rodoviárias), com capacidade para 2.500 l (dois mil e quinhentos) a 3.000 l (três mil litros) de combustível; com pneus de carga “all-terrain” (com dois estepes) e demais características para uso em estradas não pavimentadas (off-road); sistema de freio inercial; freio de estacionamento; sistema de ré automático (sem necessidade de manobra de alavanca); descanso pedestal com sapata, para facilitar engate; todas homologações para transporte de produto perigoso, documentações e emplacamento; estação de abastecimento (12 v) com medidor de vazão.

c) 01 (uma) bomba portátil para QAv por aeronave para o abastecimento das aeronaves a partir dos reservatórios.

5.17. Os equipamentos deverão ser entregues em Brasília/DF na Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, localizado no Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Hangares, Lago Sul, hangares 13/14, CEP. 70297-400.

5.18. A CONTRATADA deverá providenciar material e adotar todos os meios possíveis para evitar contaminação do solo durante as operações de abastecimento com os equipamentos supracitados.

5.19. As aeronaves, ao final do contrato, serão devolvidas à Contratada por meio de ato formal assinado entre as partes.

5.20. O prazo de entrega será de até 180 dias, contados da assinatura do contrato, podendo a entrega das aeronaves ser escalonada de acordo com conveniência da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal considerando a instalação de itens específicos de configuração da aeronave.

5.21. Não serão devidos quaisquer pagamentos sem o respectivo recebimento definitivo das aeronaves.

5.22. O abastecimento das aeronaves ocorrerá por conta da CONTRADADA.

Do Registro e controle de horas de voo

5.23. Todo deslocamento das aeronaves deverá ser precedido de ordem originária da unidade responsável pelo serviço de operações aéreas do CONTRATANTE.

5.24. Aplicativo de mensagens usado para a troca de informações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE também será considerado meio formal de comunicação, inclusive para fins de contagem dos prazos de cumprimento das avenças contratuais previstos neste instrumento aqueles de interesse exclusivo da contratada.

5.25. A contagem da hora de voo será efetuada pelo horímetro do motor de cada aeronave, sendo considerado tempo de voo, a marcação do tempo em horas e décimos de hora. As horas devem ser registradas após o término de cada ação ou operação de apoio aéreo, independentemente da sua duração.

5.26. O registro das horas de voo será feito no diário de bordo de cada aeronave, sendo admitida solução de Electronic Flight Bag (EFB), homologada pela autoridade aeronáutica.

5.27. A responsabilidade pela correta apuração das horas voadas é do piloto que estiver exercendo as atribuições de Comandante da Aeronave. Ele registrará os valores levantados para conferência do representante autorizado pelo CONTRATANTE que acompanhou a operação.

5.28. O acionamento do horímetro deverá ser automático, estando acoplado a circuitos da aeronave que o disparem no momento da partida da turbina cessando por ocasião do seu corte.

5.29. O CONTRATANTE se reserva o direito de realizar a conferência do horímetro de voo de cada uma das aeronaves no início e no final de cada mês para a realização do pagamento da fatura. Esse trabalho será realizado por servidor indicado que também irá conferir as anotações do diário de bordo e os dados registrados no sistema de rastreamento.

5.30. As horas de voo destinadas à manutenção da aeronave em consonância com o que determina e prescreve manuais de manutenção e a legislação aeronáutica também deverão ser precedidas de autorização do CONTRATANTE.

5.31. Ocorrendo indisponibilidade da aeronave, por quaisquer razões, a contagem das horas de voo será reiniciada após o recebimento formal desta ou de outra do mesmo modelo, configuração, características e com as mesmas especificações, no local onde foi interrompida a operação/missão ou em local definido pelo CONTRATANTE, desde que acordado entre as partes.

Da tripulação assistida e do pessoal de apoio ao solo (sem dedicação exclusiva)

5.32. Em regra, a tripulação será formada por membros da Coordenação de Aviação Operacional - CAOP. Considerando a possibilidade de contratação de tripulação assistida (Comandante), a depender do modelo de aeronave, e treinamentos, a CONTRATADA deverá designar, para cada uma de suas aeronaves, um piloto/instrutor, que exercerá as funções de comandante da aeronave, devidamente habilitado segundo o que prescreve as normas e regulamentos da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil. Ele deverá ser, no mínimo, detentor da licença de Piloto Comercial de Helicóptero – PCH, e possuidor de experiência mínima de 1.500 (mil e quinhentas) horas totais em helicópteros, sendo pelo menos 300 (trezentas) horas em helicópteros a turbina, com Certificado Médico Aeronáutico (CMA) de 1ª Classe válido.

5.33. A CONTRATADA deverá submeter a lista dos profissionais designados para compor a tripulação para avaliação prévia do CONTRATANTE, que poderá rejeitar, inclusive no decorrer da vigência do contrato, aqueles que julgar inadequados às operações com as aeronaves contratadas.

5.34. O CONTRATANTE, considerando a regulamentação do tipo de operação (RBAC 90) e seu Manual de Operações (MOP), designará piloto segundo em comando e tripulante operacional para compor tripulação das aeronaves.

- 5.35. Piloto Segundo em Comando: no mínimo detentor da licença de Piloto Privado de Helicóptero - PPH com experiência mínima de 35 (trinta e cinco) horas totais em helicópteros e habilitação válida para o tipo de aeronave locada.
- 5.36. Operador aerotático: tripulante habilitado conforme o MOP do CONTRATANTE.
- 5.37. Os tripulantes designados pela CONTRATADA deverão seguir as instruções operacionais do CONTRATANTE durante as ações de apoio aéreo.
- 5.38. O caminhão-tanque de abastecimento deverá ser conduzido e operado por técnico com treinamento em Movimentação e Operação de Produtos Perigosos (MOPP) e que saiba os procedimentos e cuidados necessários para o transporte, armazenamento e reabastecimento de aeronaves.
- 5.39. Todo o trabalho de manutenção das aeronaves será de responsabilidade da CONTRATADA. Toda aeronave em operação, independente da região ou área que realizará missões de apoio aéreo, deverá estar acompanhado de um mecânico.
- 5.40. Todas as despesas com salários, encargos trabalhistas, hospedagem, deslocamentos, alimentação do pessoal disponibilizado pela CONTRATADA para a realização das atividades de apoio aéreo e manutenção serão de sua inteira responsabilidade, inclusive o recolhimento de impostos decorrentes dessa modalidade de prestação de serviços.
- 5.41. Havendo tripulantes com habilitação e em quantidade adequada por parte do CONTRATANTE para substituição permanente, será realizada readequação do quadro de mão de obra, reduzindo a quantidade de horas do item específico de tripulação assistida contratados para prestação do serviço, assumindo o CONTRATANTE a responsabilidade e custos inerentes aos profissionais de seu quadro.
- 5.42. À medida que ocorram as substituições permanentes, o CONTRATANTE realizará as respectivas deduções dos valores do item específico de tripulação assistida (Comandante)

Do treinamento de pilotos

- 5.43. Considerando a possibilidade de contratação de treinamentos e tripulação assistida (comandante), conforme itens específicos, a CONTRATADA deverá prover aos seus pilotos vinculados ao respectivo contrato, programa de treinamento de manobras de emergência dentro dos 12 (doze) meses calendários que precedem a operação, com os seguintes requisitos:
- a) O programa de treinamento deverá ter no mínimo 3 (três) horas efetivamente voadas por piloto. Adicionalmente, o programa deverá incluir a revisão, em sala de aula, da operação de sistemas da aeronave, e períodos de "briefing" e "debriefing" antes e depois de cada sessão de treinamento.

b) As simulações realizadas devem ter ênfase no treinamento de manobras de emergência previstas no Manual de Voo da aeronave, desenvolvendo no piloto a perícia necessária para realizar as diversas manobras com segurança, respeitando os limites estabelecidos pelo fabricante.
- 5.44. A CONTRATADA deverá apresentar, anualmente, ao CONTRATANTE, o Certificado Individual de Treinamento de Manobras de Emergência dos pilotos vinculados ao presente contrato, para evidenciar o cumprimento do programa, e uma cópia da Ficha de Avaliação Individual de cada piloto preenchida pelo instrutor que ministrou o treinamento.
- 5.45. O Certificado Individual de Treinamento de Manobras de Emergência deverá conter o nome completo do piloto avaliado, período em que o treinamento foi realizado e número de horas efetivamente voadas.
- 5.46. A Ficha de Avaliação Individual deverá conter todas as manobras realizadas durante o treinamento e as horas utilizadas em sala de aula.
- 5.47. Quando contratados, os custos de treinamentos previstos na tabela do item 1.1 (itens 08, 09, 19, 20, 22, 34 e 35) serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo estar previstos e incluídos nas propostas dos custos adicionais da hora contratada do respectivo item.
- 5.48. A CONTRATADA deverá arcar com os custos de transporte, diárias e demais despesas relativas ao deslocamento e estadia de seus profissionais participantes dos referidos treinamentos.
- 5.49. O CONTRATANTE deverá arcar com os custos de transporte, diárias e demais despesas relativas ao deslocamento e estadia de seu quadro de servidores participantes dos referidos treinamentos.
- 5.50. O CONTRATANTE poderá realizar treinamentos adicionais relacionados à sua operação, arcando com as horas de voo das aeronaves contratadas empregadas nesses treinamentos.

Dos uniformes e equipamentos de proteção individual

- 5.51. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens abaixo.
- 5.52. A CONTRATADA deverá fornecer o conjunto completo de uniforme para cada empregado, devendo ser substituído conforme apresentado a seguir, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do CONTRATANTE, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação ou desempenho.
- 5.53. O conjunto completo a ser entregue para cada empregado é composto, no mínimo, da seguinte forma, com suas respectivas quantidades:

| Uniforme para pilotos e mecânicos | | |
|---|------------|--------------|
| Tipo de Uniforme | Quantidade | Substituição |
| Camisa manga longa | 3 | Anual |
| Camisa manga curta | 3 | Anual |
| Macacão de voo | 2 | Bienal |
| Bota tática na cor preta, cano médio, de saque rápido, impermeável, respirável, confeccionada em material antichamas, com lingueta tipo fole. Cadarços confeccionados em material antichamas. Proteção não metálica contra impacto de queda de objetos sobre os artelhos. Proteção contra objetos perfurantes, escoriantes e abrasivos. Solado resistente a altas temperaturas e combustíveis. (o par) | 1 | Anual |
| Conjunto de insígnias (bandeira, brasão da unidade aérea e tarjeta de identificação) | 2 | Sob demanda |

Do Serviço de Manutenção

- 5.54. Todo o trabalho de manutenção das aeronaves, incluindo o Controle Técnico de Manutenção (CTM), será de responsabilidade da CONTRATADA.
- 5.55. Nos serviços de manutenção aeronáutica estarão inclusos o fornecimento de peças, equipamentos, lubrificantes, consumíveis, EPIs, assinatura de banco de dados de manuais técnicos e quaisquer serviços e materiais necessários para o correto cumprimento do preconizado pelo manual do fabricante e pelos normativos aeronáuticos vigentes, tendo por objetivo manter as aeronaves da frota em plenas condições de aeronavegabilidade.
- 5.56. Toda aeronave em operação, independente da região onde realizará missões, deverá estar acompanhada de um mecânico.
- 5.57. O mecânico alocado nas escalas das aeronaves é o responsável direto pela realização de todos os serviços de manutenção necessários à preservação da disponibilidade da aeronave.
- 5.58. A CONTRATADA deverá manter, além do quantitativo de mecânicos para realizar as manutenções programadas na aeronave vinculada ao presente contrato, mecânicos (célula, grupo motopropulsor e aviônicos) e inspetores, em número suficiente e devidamente qualificados para efetuar todo o programa de serviços de manutenção, tendo por conta o planejamento de horas estimadas pelo CONTRATANTE.
- 5.59. Fica facultado à CONTRATADA dispor eventualmente de mais um mecânico ou inspetor para complementar/ajudar/fiscalizar os serviços quando estes forem complexos ou requererem grandes trabalhos.
- 5.60. A CONTRATADA deverá prever no valor da proposta de hora/voo, essa natureza de despesa, planejando, sobretudo a média de horas voadas no contrato com as programações de grandes inspeções.
- 5.61. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE os dados pessoais e profissionais dos Inspectores de Manutenção e quaisquer outros colaboradores que irão compor e supervisionar os trabalhos realizados pelos mecânicos alocados nas escalas das aeronaves.
- 5.62. Os custos relativos a estes profissionais deverão ser considerados no valor da proposta de hora/voo.
- 5.63. Fica facultado à CONTRATADA incluir no valor da proposta de hora/voo os gastos com eventual contratação de engenheiro aeronáutico ou engenheiro mecânico com habilitação no CREA para o acompanhamento das inspeções/revisões/intervenções.
- 5.64. Toda vez que for necessária à sua disponibilização para qualquer evento do contrato, será obrigação exclusiva da CONTRATADA dispor deste tipo de profissional.

5.65. Tanto o Mecânico Operacional quanto o Inspetor de Manutenção deverão estar com as habilitações técnicas válidas exigidas para cada tipo de serviço, conforme dispõe a legislação aeronáutica em vigor, devendo apresentá-las quando da mobilização das aeronaves ou a qualquer momento em que forem exigidas pelo CONTRATANTE.

5.66. Ficará a cargo da CONTRATADA a distribuição das habilitações dos mecânicos e inspetores por aeronave e por serviço, devendo apenas obedecer rigorosamente aos normativos das entidades reguladoras da aviação civil, bem como às instruções contidas nos manuais técnicos, sendo vedada a realização de qualquer serviço e/ou procedimento cujo profissional não esteja devidamente habilitado para tal.

5.67. Os mecânicos alocados no contrato deverão pertencer ao quadro de funcionários da CONTRATADA.

5.68. A CONTRATADA deverá estabelecer um programa de treinamento para todo o pessoal de manutenção, que contemple capacitações e reciclagens relacionadas a fatores humanos, inglês técnico, elevação de nível e às aeronaves e motores (inicial e recorrente – a cada dois anos).

5.69. A previsão de custos com treinamento deverá estar contida no valor da proposta de hora/voo.

5.70. Quando do surgimento de intervenções de manutenção cujos mecânicos alocados nas aeronaves não sejam habilitados ou capazes para realizá-las, a CONTRATADA deverá providenciar o envio de pessoal capaz ou habilitado para os serviços.

5.71. Se necessário, o acréscimo com tais despesas deve ser planejado pela CONTRATADA e lançado no valor da proposta de hora/voo.

5.72. Os atrasos nas intervenções de manutenção por conta da não habilitação de profissionais incorrerá como glosa de indisponibilidade, prevista no Instrumento de Medição de Resultados deste Termo de Referência.

5.73. As aeronaves deverão estar em dia com o programa de inspeções, manutenções preventivas, corretivas, revisões de componentes, ou quaisquer outros procedimentos de manutenção estabelecidos pelo fabricante da aeronave (motor, célula, aviônicos), devendo estes serviços serem executados por oficina própria da CONTRATADA, cuja organização de manutenção esteja devidamente homologada segundo as normas vigentes da aviação civil brasileira.

5.74. Quaisquer ocorrências de parada das aeronaves por falta de planejamento e controle dos serviços dispostos no subitem acima serão computadas como glosa em módulo próprio no Instrumento de Medição de Resultado.

5.75. As inspeções poderão ser antecipadas a critério do CONTRATANTE, mediante requisição à CONTRATADA, com o objetivo de otimizar as operações das aeronaves, a fim de mantê-las disponíveis para o pleno atendimento institucional.

5.76. Todos os serviços ou intervenções de manutenção deverão ser previamente informados e acordados com o CONTRATANTE sob pena de glosa em módulo próprio no Instrumento de Medição de Resultado.

5.77. A CONTRATADA deverá elaborar, manter e, sempre que solicitada, apresentar ao CONTRATANTE um plano de emprego de mão-de-obra, que demonstre que a empresa dispõe de pessoal suficiente para planejar, executar, supervisionar, inspecionar e garantir a qualidade dos serviços de manutenção.

5.78. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao CONTRATANTE quaisquer alterações nas escalas de seus mecânicos.

5.79. Os serviços de manutenção deverão ser executados, preferencialmente, nos períodos em que não houver operação.

5.80. A CONTRATADA se sujeitará a auditorias de segurança operacional feitas pelo CONTRATANTE.

5.81. A CONTRATADA deverá permitir que o CONTRATANTE, ou pessoal autorizado, realize auditorias, programadas ou inopinadas, com abrangência corporativa, técnica e/ou operacional em toda sua organização, documentação técnica e administrativa, aeronave e demais equipamentos vinculados ao presente contrato.

5.82. Durante a execução das auditorias, a CONTRATADA deverá permitir que o pessoal designado pelo CONTRATANTE fotografe as discrepâncias e não conformidades encontradas nas aeronaves e que use tais fotografias para efeito de ações de prevenção de acidentes aeronáuticos e segurança de voo.

5.83. O CONTRATANTE se compromete a utilizar os registros que se referem ao item acima mediante a descaracterização, de forma que as imagens não possam ser associadas à aeronave e à CONTRATADA.

5.84. O CONTRATANTE avaliará constantemente os profissionais designados para as funções de manutenção das aeronaves, solicitando justificadamente sua substituição quando considerá-los incompatíveis com suas operações.

5.85. A CONTRATADA deve possuir as certificações e autorizações necessárias para realização de todas as intervenções de manutenção das aeronaves, obedecendo aos regulamentos e exigências da Anac, sobretudo aos requisitos estabelecidos nos RBAC e RBHA aplicáveis.

5.86. A CONTRATADA deverá estabelecer um procedimento de análise de todas as instruções de aeronavegabilidade expedidas pelas autoridades aeronáuticas, pelo fabricante de suas aeronaves e seus respectivos componentes, sejam estas mandatórias ou opcionais.

5.87. Os serviços de manutenção inclusos no objeto deste Termo de Referência são:

5.87.1. Manutenções programadas:

a) As manutenções programadas são os serviços relacionados no plano de manutenção das aeronaves, com intervalos definidos segundo recomendações do fabricante através de inspeção sistemática, detecção e substituição ou reparo de componentes, ajuste, calibração, e quaisquer tarefas recomendadas pelo manual de manutenção, incluindo também as inspeções anuais (IAM).

b) Elas serão realizadas, sempre que possível, nos locais onde as aeronaves se encontrarem.

c) Quaisquer deslocamentos do ponto de origem para o ponto da intervenção de manutenção correrão por conta da CONTRATADA.

5.87.2. Manutenções não programadas:

a) São manutenções sem intervalos definidos e são realizadas para a correção de uma falha evidente, suspeita de mau funcionamento e/ou de um defeito na aeronave, em um de seus sistemas ou componentes, de acordo com as publicações técnicas ou quaisquer manuais de reparo emitidos pelo fabricante da aeronave.

b) Elas serão realizadas, sempre que possível, nos locais onde as aeronaves se encontrarem.

c) Quaisquer deslocamentos do ponto de origem para o ponto da intervenção de manutenção correrão por conta da CONTRATADA.

5.87.3. Apoio operacional:

a) É o serviço rotineiro que deverá ser prestado pelo mecânico onde as aeronaves estiverem, visando, sobretudo, corrigir situações que as tornem indisponíveis para o voo.

5.87.4. Controle Técnico de Manutenção (CTM):

a) É o acompanhamento técnico de LLPs (life limited part), diretrizes de aeronavegabilidade e demais exigências pertinentes à legislação aeronáutica vigente, das atividades de manutenção de linha, manutenção programada e manutenção não programada referente às aeronaves, assim como a atualização periódica dos registros de manutenção das cadernetas das aeronaves, dos motores e do diário de bordo.

5.87.5. Reparo, substituição e estoque de componentes;

5.87.6. Quaisquer outros serviços necessários à manutenção do helicóptero em plena condição de aeronavegabilidade.

5.88. A CONTRATADA, responsável pelo Controle Técnico de Manutenção (CTM), deverá encaminhar ao CONTRATANTE informações sobre serviços de manutenção realizados, tais como substituição de LLPs e inspeções cumpridas.

5.89. Os documentos do serviço de controle técnico serão apresentados pela CONTRATADA sob a forma de relatórios.

5.90. O CTM deverá enviar ao CONTRATANTE:

5.90.1. Quinzenalmente: Relatório (em formato de planilha Excel ou similar) de previsão das principais intervenções vincendas, tendo como base a média de horas voadas à época da solicitação, contendo dados gerais atualizados sobre horas de voo, horas de uso dos motores, pousos e ciclos, relação de inspeções a serem cumpridas, além dos vencimentos das principais inspeções e vencimento de componentes com vida útil limitada, acompanhados dos recursos necessários para os serviços, incluindo o número de homens/hora.

5.90.2. Mensalmente: Ordens de Serviço de toda intervenção de manutenção realizada no respectivo mês ou relatório do responsável técnico atestando o cumprimento total de todas as intervenções de manutenção (ficará a cargo do contratante o melhor modelo de envio destes documentos).

5.90.3. Sempre que necessário: vencimento de qualquer componente controlado assim como qualquer tarefa de manutenção componente ou serviço com antecedência mínima de: 100 (cem) horas de voo ou 30 (trinta) dias.

5.90.4. Sempre que solicitado: mapa de controle das aeronaves, IAM, peso e balanceamento, licença de estação, seguros, histórico de todas as inspeções realizadas, controle de aplicabilidade de diretrizes de aeronavegabilidade ou quaisquer outros documentos de porte e controle obrigatório relativo ao CTM.

5.91. O serviço de controle técnico também compreende os serviços de controle, atualização e revisão das publicações e biblioteca técnica das aeronaves.

5.92. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela atualização do sistema de navegação (p. ex. FMS, cartas aeronáuticas) e das demais assinaturas periódicas e não-periódicas relativas aos manuais técnicos das aeronaves.

- 5.93. Fica facultado à CONTRATADA disponibilizar acesso aos seus sistemas informatizados de controle de manutenções com vistas a substituir os documentos acima elencados, desde que atendidas todas as informações por eles exigidas.
- 5.94. Qualquer atraso ou não cumprimento das obrigações aqui elencadas incorrerá em glosa contratual, segundo módulo próprio no Instrumento de Medição de Resultado.
- 5.95. Em até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE proposta de “Minimum Equipment List” (MEL) para o modelo das aeronaves disponibilizadas.
- 5.96. As despesas de mão de obra, peças e equipamentos decorrentes de manutenção e abastecimento das aeronaves no local da operação, correrão por conta da Contratada, sendo que nos locais desprovidos de postos de abastecimento de combustível para aviação, o transporte do mesmo correrá por conta da Contratada.
- 5.97. A Contratada deverá comprovar a disponibilidade de uma Oficina com autorização ou homologação para os serviços de manutenção homologada pela ANAC, ficando o CAOP/CGAP//DIREX/PF autorizada a fiscalizá-la. Tal comprovação deverá ser feita no ato da entrega da aeronave.
- 5.98. Durante as manutenções, programadas ou não, caso seja necessário que a aeronave permaneça indisponível para voo por prazo superior a 20 (vinte) dias, a Contratada terá que substituí-la por outra do modelo semelhante ou superior, desde que aceito pela Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, devendo esta ser disponibilizada no hangar da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, em Brasília-DF, ou no mesmo local onde houve a indisponibilidade, no máximo no 21º dia após a interrupção do serviço;
- 5.99. Em caso de acidente aeronáutico que resulte em perda definitiva do helicóptero locado, a Contratada terá que substituí-lo por outro do mesmo modelo ou por modelo similar ou superior, desde que aceito pela CAOP/CGAP/DIREX/PF e sem quaisquer custos adicionais a Contratante, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar do sinistro, na hangar CAOP/CGAP/DIREX/PF, localizado no Aeroporto Internacional de Brasília-DF ou em outro local indicado pela Contratante
- 5.100. As substituições de que tratam os itens anteriores serão sem ônus adicional para a Contratante , inclusive relativo ao traslado do helicóptero substituído entre a base operacional da empresa até a localidade definida pelo CAOP/CGAP/DIREX/PF.
- 5.101. A Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal se reserva ao direito de requisitar, a qualquer tempo, os documentos pertinentes e originados dos serviços locados, principalmente, mas não se limitando, aqueles estabelecidos nas RBHA's (Regulamentação Brasileira de Homologação Aeronáutica). A ausência de documentos obrigatórios ou a existência de não conformidade nos registros efetuados nos documentos dará direito à Coordenação de Aviação da Polícia Federal de solicitar a imediata substituição da aeronave, sem prejuízo aos procedimentos legais cabíveis impostos pela ANAC e pelos demais instrumentos legais;
- 5.102. A Contratada deverá manter os livros de manutenção e controle das aeronaves a disposição na oficina do Centro Técnico de Manutenção – CTM da Contratada, sendo que os lançamentos serão realizados por mecânicos habilitados pela contratada;
- 5.103. É de responsabilidade dos mecânicos da Contratada, a realização da inspeção pré-voo da aeronave, disponibilizando-a 30 (trinta) minutos antes do início das operações com a devida comunicação por escrito do mecânico, que sem a qual não será aceito e considerado automaticamente indisponível, e a inspeção e limpeza da aeronave após o último voo do dia, com o devido comunicado no relatório de manutenção e no Diário de Bordo da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal.
- 5.104. A Contratante poderá as suas custas, contratar empresa especializada para realizar inspeções sem o prévio aviso.
- 5.105. As comunicações deverão ser lidas ao final do dia e informadas à Contratante das providências tomadas para cada reporte, desde que eles não sejam comprometedores da segurança de voo, caso em que as providências tomadas deverão ser reportadas de imediato à Contratante;
- 5.106. À custa com deslocamento do mecânico até o local onde se encontra a aeronave, correrá por conta da Contratada; fica a cargo da contratada despesas de hospedagem, e alimentação do mecânico e quando não for possível o deslocamento do mecânico na aeronave, as despesas com passagens aéreas. NÃO serão computados as horas/voo de deslocamento da aeronave para a base de manutenção da empresa CONTRATADA.
- 5.107. A Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal se reserva ao direito de requerer a troca do mecânico da contratada, caso implique em prejuízo nos requisitos mínimos de segurança de voo estabelecidos pela Contratada.

Das especificações técnicas das aeronaves

- 5.108. As especificações técnicas estão detalhadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Do seguro das aeronaves

- 5.109. A CONTRATADA deverá entregar as aeronaves cobertas por seguro aeronáutico, em conformidade com a legislação vigente, assim como reforço de seguro de Responsabilidade Civil – RETA, 2º risco, no valor mínimo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por sinistro, para cobertura dos ocupantes da aeronave, pessoas e bens no solo em Limite Único Combinado, assim como a contratação do seguro de casco com cobertura de Guerra, Sequestro e confisco.
- 5.110. A cópia autenticada da apólice de Responsabilidade Civil de que trata o subitem anterior deverá ser entregue pela CONTRATADA até a entrega da aeronave, bem como os comprovantes de contratação dos seguros especificados no item 5.108.
- 5.111. Caso o valor de prejuízos decorrentes de sinistro seja superior à garantia do seguro contratado, a indenização da diferença será efetuada mediante o devido processo de apuração de Responsabilidade Civil das partes.

Da caracterização das aeronaves

- 5.112. Considerando o caráter ostensivo das operações realizadas pela Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e a necessidade de estabelecer uma identidade para o serviço que se objetiva executar, os helicópteros deverão atender aos itens de padronização externa, através de símbolos, inscrições e cor predominante designados pela Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal ou do participante.
- 5.113. A aeronave deverá ser caracterizada, antes do início da prestação do serviço, com pintura em cor designada pela Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal ou do participante e identificação do CONTRATANTE pintada na cauda da aeronave – dois lados e parte inferior da cabine e brasão/grafismos da unidade aérea na parte lateral superior – dois lados ou em cor descaracterizada a critério da Coordenação de Aviação da Polícia Federal ou do participante.
- 5.114. Após envio de solicitação de padrão A CONTRATADA apresentará, após assinatura do contrato, proposta de layout de acordo com o modelo da aeronave para aprovação pelo CONTRATANTE do esquema de pintura e grafismos.

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.115. Os serviços de locação de aeronaves serão prestados no seguinte endereço: Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal - CAOP. Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, Setor de Hangares, Aviação Geral, Hangares 13/14 CEP 71608-030 - Lago Sul – Brasília – DF.
- 5.116. As Manutenções Programadas e não programadas serão executadas em CENTROS DE SERVIÇOS da CONTRATADA, de acordo com as determinações da Autoridade Aeronáutica conforme regulamentação.
- 5.117. O CTM poderá ser executado nos Centros de Serviço devido o escopo de trabalho.
- 5.118. Os demais Serviços de Abastecimentos, Treinamentos, serviços Eventuais e Extraordinários serão executados conforme o local da demanda, tendo em vista que a ação manutentiva e operacional das aeronaves pode ocorrer em qualquer parte do território nacional ou fora dele.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.119. A demanda do órgão tem como base as caraterísticas contidas nesta Minuta de Termo de Referência e seus anexos, devendo a CONTRATADA orçamentar todas as suas despesas, diretas ou indiretas, de modo que não haja subdimensionamento dos valores globais a serem contratados. Valores não detalhados nesta Minuta de Termo de Referência, tais como custo de telefone portátil, assim como custo dos planos de comunicação de voz e dados, custo com passagens, deslocamento, alimentação e hospedagens, mecânicos e técnicos de suprimento e custos com equipes especializadas de manutenção deverão ser classificados como despesas administrativas dentro da própria planilha de custos, formando o valor da proposta da hora/voo.
- 5.120. Custos inerentes à prestação do serviço por parte da CONTRATADA, como pedágio, balsa, impostos de trânsito entre Estados e seguro de caminhão-tanque também serão classificados como despesas administrativas, formando o valor da proposta da hora/voo..
- 5.121. Todos os custos não devidamente expressos no Termo de referência deverão ser dimensionados pela contratada e previstos, formando o valor da proposta da hora/voo.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 5.122. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

- 6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

- 7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

- 7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.16.1. o prazo de validade;
- 7.16.2. a data da emissão;
- 7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.16.5. o valor a pagar; e
- 7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 7.30. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.30.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.31. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.32. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer II-01, de 18 de maio de 2020](#).
- 7.33. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
- 7.34. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será Registro de Preço unitário por hora de voo.

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);
- 8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 2% do valor total estimado da contratação anual.
- 8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;
- 8.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- a) Estar homologada perante a Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, para atividade SAE - Serviço Aéreo Especializado, bem como ter a indispensável autorização para os serviços de manutenção em suas aeronaves ou contrato de manutenção com oficina homologada.
- b) A CONTRATADA deverá apresentar o Certificado que comprove a homologação da empresa junto à Anac para a prestação de Serviços Aéreos Especializados (SAE).
- c) Registro ou inscrição da empresa na Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional e operacional, compreendendo os seguintes documentos:
- d) Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo CHETA;
- e) Portaria da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC autorizando a empresa a exploração de serviço aéreo especializado (SAE) cumulativamente com a atividade de táxi aéreo;
- f) Autorização da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC para operação de helicópteros com carga externa;
- g) Certificado de Organização de Manutenção, tendo como base de homologação o RBAC-145, atestando que a empresa cumpre com os requisitos estabelecidos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil, possui as instalações necessárias para a realização de manutenção, modificações e/ou reparos e está certificada para realização de serviços de manutenção nas aeronaves objeto do presente termo. Caso a manutenção seja terceirizada, apresentar contrato de manutenção com oficina homologada, juntamente com o Certificado de Organização de Manutenção da oficina responsável que demonstre que está certificada para realização de manutenção nas aeronaves objeto do presente termo;
- h) Para atendimento à qualificação técnica operacional da empresa, apresentação de Atestado de Capacidade Técnica/Certidão, que demonstre execução de serviços pertinentes e compatíveis em características com o objeto deste Termo, emitido por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal, ou ainda para empresas privadas.
- i) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- j) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 8.30.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 8.30.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- 8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de **364.591.125,00 (trezentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e um mil, cento e vinte e cinco reais) por ano**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.
- 9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 10.2. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil

| | |
|---|--|
| <div>EVANDRO IWASAKI DA SILVA</div> <div>Delegado de Polícia Federal</div> <div>INTEGRANTE REQUISITANTE</div> | <div>DIEGO ESTRELA GARLA</div> <div>Escrivão de Polícia Federal</div> <div>Mat. 18.033 / Siape 1802057</div> <div>Integrante Técnico</div> <div>LUIZ HENRIQUE COSTA DE MELO</div> <div>Agente de Polícia Federal</div> <div>Mat. 18.737 / Siape: 1677108</div> <div>Integrante Técnico</div> |
|---|--|

Aprovo,

| |
|---|
| Autoridade Competente |
| <div>GUILHERME LOPES MADDARENA</div> <div>Delegado de Polícia Federal</div> <div>Coordenador de Aviação Operacional</div> |

ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1. O Instrumento de Medição de Resultados apresenta critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- 1.2. Este anexo é parte indissociável do Contrato firmado a partir de seu respectivo edital de licitação e demais anexos.
- 1.3. Em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi estabelecido como Método de Avaliação da Execução dos Serviços este Instrumento de Medição de Resultado, cuja metodologia é baseada a partir de Indicadores Mínimos de Desempenho (IMD).
- 1.4. Para permitir que a gestão contratual esteja alinhada com a gestão da qualidade dos serviços prestados, foram estabelecidos IMD para a execução de cada item e subitem dos serviços a serem contratados. Assim, os resultados serão medidos com base em indicadores vinculados a fórmulas de cálculo específicas, apurados temporalmente e continuamente monitorados, objetivando o cumprimento das metas estabelecidas. Este conceito vincula-se ao novo modelo de contratação da Administração Pública Federal, no qual os serviços serão remunerados considerando parâmetros de qualidade e entrega efetiva de resultados.
- 1.5. A mensuração de IMD é um critério claro e objetivo estabelecido pelo CONTRATANTE para aferir a qualidade dos serviços contratados. Além de cumprir as metas estabelecidas, a CONTRATADA deverá atender também aos demais critérios e condições estabelecidas neste Termo de Referência para a aceitação dos serviços prestados. A execução dos serviços será assistida pela equipe de fiscalização do contrato com a finalidade de verificar e orientar em detalhes os procedimentos adotados.
- 1.6. Os indicadores serão medidos, avaliados e calculados mensalmente e separadamente para cada item deste Instrumento, conforme tabelas aqui registradas, tendo como referência a prestação dos serviços realizados no respectivo mês.
- 1.7. Caso a soma total das penalidades aplicadas em função do não atendimento dos indicadores ultrapasse 30% (trinta por cento) do faturamento mensal máximo, será considerado para efeito de desconto no valor mensal previsto para o pagamento o percentual de 30% (trinta por cento).
- 1.8. A incidência reiterada do percentual máximo de glosa aqui registrado ensejará em instrução processual para rescisão de contrato.
- 1.9. Havendo descumprimento do IMD, em que fique caracterizado evento alheio ao controle do CONTRATANTE, poderão ser realizados ajustes na mensuração do IMD pela equipe de fiscalização.
- 1.10. Todos os prazos considerados neste Instrumento serão contados em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário.
- 1.11. Quando houver conflitos entre as glosas previstas neste instrumento, prevalecerá a mais específica.
- 1.12. Este instrumento é parte integrante do edital da licitação e estabelecerá as condições em que lhe forem complementares.
- 1.13. Os prazos e as porcentagens das glosas poderão ser revisados a pedido da equipe de fiscalização mediante manifestação fundamentada e devidamente aprovada pelo gestor do contrato.

2. IMD PARA DISPONIBILIDADE DA FROTA DE AERONAVES

- 2.1. A qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA neste item será aferida a partir do tempo de disponibilidade mensal para voo, entre o primeiro e último dia do mês, calculado individualmente para cada aeronave.
- 2.2. Os dias de indisponibilidade serão atualizados diariamente pela equipe de fiscalização e a informação repassada à CONTRATADA ao fim de cada quinzena somente para efeitos informativos possibilitando a atuação proativa na adoção de medidas necessárias à garantia dos IMD previsto neste Termo de Referência.
- 2.3. A glosa a ser aplicada em caso de descumprimento do IMD estabelecido será sobre o valor total faturado no respectivo mês das ocorrências, valor este apresentado na proposta da licitação e pago mensalmente pelo CONTRATANTE.

- 2.4.

É obrigação da CONTRATADA, informar imediatamente ao CONTRATANTE a situação de indisponibilidade da aeronave.
- 2.5.

O comandante da aeronave (quando houver) ou o responsável pela manutenção, formalmente indicado pela contratada, é o responsável direto pela comunicação de indisponibilidade da aeronave.
- 2.6.

A finalidade desse indicador é mensurar o nível de eficiência da CONTRATADA em manter disponível a frota de aeronaves. O que se busca é manter o nível de disponibilidade da frota de acordo com o planejado nas operações aéreas, além de evitar dispêndio de recursos públicos com aeronave parada.
- 2.7.

A meta a cumprir é o índice mensal de 100% de disponibilidade.
- 2.8.

O CONTRATANTE disponibilizará uma franquia de 15 (quinze) dias corridos de indisponibilidade, por trimestre e por aeronave;
- 2.8.1.

Essa franquia é destinada a paradas por manutenções programadas ou não, por serviços eventuais na aeronave ou quaisquer outros motivos que não possibilitem à aeronave realizar as operações nos padrões mínimos de segurança permitidos pelos manuais técnicos das aeronaves e/ou normativos das diversas entidades de controle e regulação aeronáutica.
- 2.8.2.

O prazo trimestral de quinze dias de indisponibilidade por aeronave se baseia na média de horas voadas por mês e a complexidade das rotinas de inspeções das aeronaves enfrentadas na frota atual, por exemplo uma manutenção de 600 horas de célula a empresa do contrato atual pede 30 dias, mas sabe-se que no mercado é possível em 10 dias.
- 2.8.3.

O prazo de indisponibilidade aceitável por aeronave poderá ser revisado, tanto para acréscimo, quanto para redução, de acordo com as rotinas de execução do contrato, condicionado à realização de reuniões técnicas entre os componentes da equipe de gestão e fiscalização do contrato e a CONTRATADA.
- 2.9.

O início da indisponibilidade é contado da seguinte forma:
- 2.9.1.

Para aeronave com programação de voo ou engajada em missão que não possa ser concluída, a indisponibilidade conta a partir da mesma data, contando o dia completo como indisponível.
- 2.9.2.

Para aeronave sem programação de voo no dia, ou que tenha já concluído missão na mesma data, a indisponibilidade é contada a partir do dia seguinte.
- 2.10.

A CONTRATADA deverá encaminhar informações que justifiquem o descumprimento do IMD para análise da equipe de fiscalização técnica. As justificativas poderão ser aceitas pelo CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou alheios ao controle da CONTRATADA.
- 2.11.

Havendo descumprimento do IMD, devidamente justificado e aceito pelo CONTRATANTE, o período de indisponibilidade será desconsiderado para efeito de cálculo do índice no mês de ocorrência.
- 2.12.

Os prazos de indisponibilidade aqui dispostos não serão cumuláveis entre os meses, nem transferíveis entre as aeronaves.
- 2.13.

Os períodos previstos para as grandes manutenções programadas ou grandes serviços de manutenção deverão ser estabelecidos em reunião inicial com o CONTRATANTE e, caso seja necessário, as alterações deverão ser realizadas preferencialmente nas reuniões periódicas entre as partes.
- 2.14.

Para fins de fundamentação dos períodos aceitáveis de indisponibilidade por serviços de manutenção, a CONTRATADA poderá apresentar tabela com a quantidade de Homem/Hora necessários à execução do serviço conforme disponibilidade no portfólio da empresa ou em seu programa ou manual geral de manutenção ou também nos manuais de manutenção das aeronaves.
- 2.15.

Para fins de cálculo considera-se “I” como dias indisponíveis.

| Disponibilidade da frota | | |
|---|--|---|
| Indicador | Critério de medição (por dia por aeronave) | % de glosa sobre o valor mensal a faturar sobre o período que exceder 15 dias de indisponibilidade no trimestre |
| Indisponibilidade da frota | $I \leq 15$ dias | Aceito – sem glosa |
| | $15 < I \leq 40$ | 4% por dia de indisponibilidade |
| considerando a concessão de 15 dia em 1 trimestre para a empresa poder fazer as manutenções programadas ou não, para efeito de cálculo utilizou-se 5 dias mensais (15 no trimestre). Devido o pagamento ser mensal, utilizou-se o valor de 1 inteiro (mês) dividido por 25 (30 dias menos 5 de tolerância), logo 1/25 que corresponde 0,04 ou seja 4% por dia de indisponibilidade que exceder os 15 dias previstos. Como a glosa não pode ultrapassar os 100% teremos o limite máximo de 40 dias, a começar a contagem a partir do 16º dia, conforme quadro acima. | | |

3.

IMD PARA DISPONIBILIDADE DA FROTA DE CAMINHÕES TANQUE

- 3.1.

A qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA neste item será aferida considerando os aspectos de logística de abastecimento, cujo termo inicial de contagem dos prazos dar-se-á a partir de solicitação de movimentação do caminhão e início do seu deslocamento, assim como seus dias de indisponibilidade.
- 3.2.

O tempo de atraso para início do deslocamento será contabilizado pela equipe de fiscalização e a informação repassada à CONTRATADA ao fim de cada quinzena somente para efeitos informativos possibilitando a atuação proativa na adoção de medidas necessárias à garantia dos IMD previsto neste Termo de Referência.
- 3.3.

A glosa a ser aplicada em caso de descumprimento do IMD incidirá sobre o valor total faturado no respectivo mês das ocorrências, valor este apresentado em correspondência com a proposta da licitação e o volume de horas voadas mensalmente pelo CONTRATADA.
- 3.4.

É obrigação da CONTRATADA informar imediatamente ao CONTRATANTE a situação de atraso/indisponibilidade do caminhão, quando houver solicitação de movimentações.
- 3.5.

A finalidade desse indicador é mensurar o nível de eficiência da CONTRATADA em manter disponível a frota de caminhões. O que se busca é manter o nível de disponibilidade da frota para atender as operações aéreas, além de evitar dispêndio de recursos públicos com aeronave parada e suspensão de missões por falta de combustível nos helicópteros.
- 3.6.

A CONTRATADA deverá iniciar o deslocamento do caminhão em até 24 horas após a solicitação do CONTRATANTE.
- 3.7.

Após as 24 horas da solicitação do caminhão, a CONTRATANTE irá aplicar uma porcentagem de glosa no valor mensal faturado, sobre o período que exceder as 24 horas de atraso, conforme tabela abaixo. Para fins de cálculo considera-se “A” como horas atrasadas:

| Disponibilidade da frota em missões | | |
|-------------------------------------|--|---|
| Indicador | Critério de medição (por horas de atraso/caminhão) | % de glosa sobre o valor mensal faturado sobre o período de indisponibilidade |
| Disponibilidade da frota. | $0 \leq 24$ horas | Aceito – sem glosa |
| | $24 < A \leq 48$ horas | 0,009% hora/caminhão |
| | $48 < A \leq 72$ horas | 0,01% hora/caminhão |

- 3.8.

O indicador para disponibilidade de frota disposto na tabela acima se aplica a qualquer impossibilidade de deslocamento não comunicada e aceita previamente pelo CONTRATANTE.
- 3.9.

A meta a cumprir é o índice mensal de 100% de disponibilidade.
- 3.10.

Além das circunstâncias acima, o CONTRATANTE disponibilizará uma franquia de 03 (três) dias corridos de indisponibilidade, por mês e por caminhão para manutenções, inspeções ou serviços desde que comunicado com antecedência e agendado previamente, com ciência e aceitação do fiscal.
- 3.11.

Essa franquia é destinada a paradas por manutenções, por serviços eventuais no caminhão ou quaisquer outros motivos que não possibilitem ao caminhão realizar o trabalho nos padrões mínimos de segurança permitidos pelos manuais técnicos e/ou normativos das diversas entidades de controle e regulação de transporte terrestre.
- 3.12.

O prazo mensal aceitável de três dias de indisponibilidade por caminhão se baseia nas rotinas de inspeções/manutenções, tendo em vista os locais de difícil acesso que os caminhões trafegam.
- 3.13.

O prazo mensal aceitável de três dias de indisponibilidade por caminhão poderá ser revisado, tanto para acréscimo, quanto para redução, de acordo com as rotinas de execução do contrato, condicionado à realização de reuniões técnicas entre os componentes da equipe de gestão e fiscalização do contrato e ao aviso prévio à CONTRATADA.
- 3.14.

O prazo início da indisponibilidade é contado da seguinte forma:
- 3.14.1.

Para o caminhão tanque com programação prévia de deslocamento para missão ou durante sua execução que não possa ser iniciado: a indisponibilidade é contada a partir da mesma data, contando o dia completo como indisponível (0 a 24 horas).
- 3.14.2.

Para o caminhão sem programação prévia de deslocamento no dia, ou que tenha já concluído missão na mesma data, a indisponibilidade é contada a partir do dia seguinte.
- 3.15.

Por conta de eventos excepcionais, devidamente apresentados e fundamentados com antecedência pela CONTRATADA (p. ex. manutenções programadas de maior monta ou diretivas emitidas pelo fabricante), cujas justificativas sejam acatadas pelo CONTRATANTE, os prazos poderão exceder aqueles dispostos neste IMD. Incluem-se nesses eventos excepcionais os sinistros, acidentes ou panes sucedidas dentro do período das missões em que eles estejam alocados.
- 3.16.

A CONTRATADA deverá encaminhar informações que justifiquem o descumprimento do IMD para análise da equipe de fiscalização técnica. As justificativas poderão ser aceitas pelo CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou alheios ao controle da CONTRATADA.

- 3.17.

Havendo descumprimento do IMD, devidamente justificado e aceito pelo CONTRATANTE, o período de indisponibilidade será desconsiderado para efeito de cálculo do índice no mês de ocorrência.
- 3.18.

Os prazos de indisponibilidade aqui dispostos não serão cumuláveis entre os meses, nem transferíveis entre os caminhões.
- 3.19.

Os períodos previstos para as grandes manutenções programadas ou grandes serviços de manutenção deverão ser estabelecidos em reunião inicial com o CONTRATANTE e, caso seja necessário, as alterações deverão ser realizadas preferencialmente nas reuniões periódicas entre as partes.
- 3.20.

O indicador para disponibilidade de frota em dias disposto na tabela abaixo se aplica às paradas de manutenções, programadas ou não, comunicadas previamente ao CONTRATANTE. Para fins de cálculo considera-se “I” como dias indisponíveis.

| Disponibilidade da frota para ocorrências agendadas | | |
|---|--|--|
| Indicador | Critério de medição (por dia por caminhão) | % de glosa sobre o valor mensal faturado sobre o período que exceder o terceiro dia de indisponibilidade |
| Disponibilidade da frota | $1 \leq 3$ dias | Aceito – sem glosa |
| | $3 < 1 \leq 10$ | 0,08% por dia/caminhão |
| | $10 < 1 \leq 20$ | 0,09% por dia/ |
| | $20 < 1 \leq 30$ | 0,10% por dia/caminhão |

4.

IMD PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE OPERACIONAL
- 4.1.

A qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA neste item será aferida a partir da avaliação da qualidade técnica e do compromisso dos colaboradores alocados no contrato.
- 4.2.

A finalidade é garantir um padrão aceitável do pessoal responsável pela prestação dos serviços, por meio da avaliação da qualidade de operação dos comandantes das aeronaves (quando houver), dos mecânicos e dos operadores de abastecimento.
- 4.3.

Os critérios serão aferidos pelo fiscal de contrato, pelo responsável pelas operações aéreas ou mesmo pelos servidores da CONTRATANTE que embarquem nas operações. O produto das aferições será graduado conforme os indicadores contidos neste item.

| Avaliação da qualidade operacional | | |
|---|----------------------|----------------------------------|
| Indicador | Critério de medição | % de glosa sobre a fatura mensal |
| Apresentar-se para o trabalho sem uniforme/macacão, identificação e/ou EPI | Por evento | 0,01% |
| Não comparecimento de colaborador na data ou local agendado | Por evento | 0,01% |
| Falta de informação ou apresentação de reportes incorretos acerca das operações em campo | Por evento | 0,01% |
| Atrasos na apresentação de caminhões para abastecimento das aeronaves por culpa exclusiva da contratada | Por dia e por evento | 0,01% |
| Atrasos no envio do diário de bordo (até o 2º dia subsequente ao seu devido registro) | Por dia e por evento | 0,01% |
| Não apresentar materiais, equipamentos ou acessórios previstos contratualmente | Por dia e por evento | 0,01% |
| Falta de informação ou envio de reportes incorretos acerca dos casos de indisponibilidade da aeronave | Por dia e por evento | 0,01% |
| Não registrar no Diário de Bordo qualquer anormalidade durante as missões | Por dia e por evento | 0,01% |

5.

IMD PARA MANUTENÇÃO E CONTROLE TÉCNICO
- 5.1.

A qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA neste item será aferida a partir da avaliação do padrão da manutenção das aeronaves e de seu controle técnico (CTM).
- 5.2.

A CONTRATADA, no intuito de garantir a qualidade dos serviços, deverá cumprir com as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos e ferramentas e executar fielmente o objeto contratado de acordo com as normas legais, sobretudo, no cumprimento obrigatório das diretrizes técnicas dos manuais das aeronaves.
- 5.3.

As manutenções programadas deverão ser realizadas em locais e datas pré-acordados entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE com antecedência suficiente para o necessário planejamento de ambas as partes.
- 5.4.

Quaisquer serviços adicionais necessários, serão considerados manutenção não programada e deverão ser comunicados ao CONTRATANTE.

| Avaliação da qualidade da manutenção e controle técnico (CTM) | | |
|---|----------------------------|----------------------------------|
| Indicador | Critério de medição | % de glosa sobre a fatura mensal |
| Deixar de enviar documentação periódica exigida pela contratante | Por evento e dia de atraso | 0,01% |
| Alteração intempestiva de data para manutenção programada | Por evento | 0,01% |
| Deixar vencer IAM ou Certificado de Aeronavegabilidade (CA) | Por evento | 5% |
| Deixar de informar a necessidade de realização de manutenção não programada ou quaisquer serviços eventuais | Por evento | 0,01% |
| Descumprimento do prazo de devolução da aeronave até a data acordada | Por evento | 0,01% |

| | | |
|---|------------|----|
| Se o vencimento do componente ou tarefa causar indisponibilidade ou perda de Certificado de aeronavegabilidade ou IAM | Por evento | 1% |
|---|------------|----|

6. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela glosa total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:
Valor mensal pago = [(Valor a ser faturado) - (somatório das glosas previstas em cada IMD)]

7. OBSERVAÇÕES FINAIS

- 7.1. Sendo os serviços prestados de forma inegavelmente satisfatória ficará facultado ao CONTRATANTE o preenchimento do IMR.
- 7.2. Caso não ocorra o preenchimento do IMR, será interpretado que o serviço alcançou a pontuação máxima.
- 7.3. No que tange aos itens que tipifiquem a possibilidade de revisão das glosas e prazos estabelecidos neste Instrumento, estes, as glosas e prazos, serão alterados unilateralmente pelo CONTRANTE desde que ouvidas as razões técnicas apresentadas pela CONTRATADA e apreciadas pelo gestor do contrato.



Documento assinado eletronicamente por LUIZ HENRIQUE COSTA DE MELO, Agente de Polícia Federal, em 26/08/2024, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por DIEGO ESTRELA GARLA, Escrivão(a) de Polícia Federal, em 26/08/2024, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por EVANDRO IWASAKI DA SILVA, Delegado(a) de Polícia Federal, em 26/08/2024, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por GUILHERME LOPES MADDARENA, Coordenador(a), em 26/08/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=36660044&crc=4271A065.
Código verificador: 36660044 e Código CRC: 4271A065.